

AS TRANSFORMAÇÕES DO ATIVISMO ALIMENTAR NO BRASIL: O CASO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC)

Vitória Giovana Duarte¹

 <https://orcid.org/0000-0001-8805-7607>

Marília Luz David²

 <https://orcid.org/0000-0001-8264-2813>

RESUMO

O presente artigo analisa as mudanças que aconteceram no ativismo alimentar do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) entre os anos de 2004 e 2019. As reivindicações do Idec sobre alimentação, anteriormente focadas em questões sanitárias, passaram a concentrar-se nos riscos ligados ao processamento industrial, problematizando o consumo de alimentos ultraprocessados e o aumento de casos de doenças crônicas não transmissíveis na população brasileira. O embasamento teórico se concentra nos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias e na literatura sobre sistemas alimentares e ativismo alimentar no Brasil. O trabalho de campo incluiu análise documental e entrevistas semiestruturadas com funcionárias da organização. Concluímos que o ativismo alimentar praticado pelo Idec passa por um importante processo de profissionalização, com aumento de recursos – financeiros, humanos, competências nas áreas da saúde e jurídica – e mudanças das suas estratégias de atuação. Com isso, a atuação do Instituto ajudou a construir, principalmente a partir de 2015 e alinhado a outras organizações brasileiras, os alimentos ultraprocessados com um dos maiores antagonistas da alimentação adequada e saudável do Brasil nos últimos anos.

Palavras-chave: Ativismo Alimentar. Alimentos Ultraprocessados. Teoria Ator-Rede. Práticas Alimentares. Movimento Consumerista.

THE TRANSFORMATIONS OF FOOD ACTIVISM IN BRAZIL: THE CASE OF THE BRAZILIAN INSTITUTE FOR CONSUMER DEFENSE (IDEC)

ABSTRACT

This article analyzes the changes that occurred in the food activism of the Brazilian Institute for Consumer Protection (IDEC) between 2004 and 2019. The demands of the Idec regarding food, previously focused on health issues, began to focus on the risks associated with industrial processing, problematizing the consumption of ultra-processed foods and the increase in cases of chronic non-communicable diseases in the Brazilian population. The theoretical basis is concentrated in the Social Studies of Science and Technology and in the literature on food systems and food activism in Brazil. The fieldwork included documentary analysis and semi-structured interviews with employees of the organization. We conclude that the food activism practiced by the Idec is undergoing an important process of professionalization, with an increase in resources – financial, human, skills in the areas of health and law – and changes in its action strategies. With this, the Institute's work helped to build, mainly from 2015 onwards and in line with other Brazilian organizations, ultra-processed foods as one of the biggest antagonists of adequate and healthy nutrition in Brazil in recent years.

Keywords: Food Activism. Ultra-Processed Foods. Actor-Network Theory. Food Practices. Consumer Movement.

LAS TRANSFORMACIONES DEL ACTIVISMO ALIMENTARIO EN BRASIL: EL CASO DEL INSTITUTO BRASILEÑO DE PROTECCIÓN AL CONSUMIDOR (IDEC)

RESUMEN

¹ Licenciada em História (UFRGS). Mestranda em Sociologia (UFRGS). E-mail: vitoriagduartw@gmail.com.

² Professora do Departamento de Sociologia e do PPGS/UFRGS. E-mail: marilia.davia@ufrgs.br.

Este artículo analiza los cambios que se produjeron en el activismo alimentario del Instituto Brasileño de Protección al Consumidor (Idec) entre 2004 y 2019. Las afirmaciones del Idec sobre los alimentos, antes centradas en cuestiones de salud, pasaron a centrarse en los riesgos vinculados al procesamiento industrial, problematizando el consumo de alimentos ultraprocesados y el aumento de casos de enfermedades crónicas no transmisibles en la población brasileña. La base teórica se centra en los Estudios Sociales de las Ciencias y Tecnologías y la literatura sobre sistemas y activismo alimentarios en Brasil. El trabajo de campo incluyó análisis de documentos y entrevistas semiestructuradas a empleados de la organización. Concluimos que el activismo alimentario practicado por el Idec atraviesa un importante proceso de profesionalización, con aumento de recursos – financieros, humanos, habilidades en las áreas sanitarias y jurídicas – y cambios en sus estrategias operativas. Con eso, el trabajo del Instituto contribuyó a consolidar, principalmente a partir de 2015 y en línea con otras organizaciones brasileñas, los alimentos ultraprocesados como uno de los mayores antagonistas de una alimentación adecuada y saludable en Brasil en los últimos años.

Palabras clave: Activismo Alimentario. Alimentos Ultraprocesados. Teoría Actor-Red. Prácticas Alimentarias; Movimiento Consumista.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa as mudanças que ocorreram no ativismo alimentar do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), entre os anos de 2004 e 2019. O Idec é uma organização da sociedade civil brasileira fundada em 1987 por um grupo de voluntárias, durante o momento de transição política civil no Brasil e da mobilização pelos direitos das consumidoras³ em todo o mundo. Faz parte do movimento consumerista⁴, iniciado no país a partir de 1970 e, embora incorpore várias práticas de tal movimento ao seu repertório de estratégias (como os testes e pesquisas e a incidência jurídica), tem uma visão crítica em relação à finalidade dessas ações e busca, desde que foi fundado, atuar principalmente na esfera institucional do Estado. Desde 2022, são sete os temas que integram o quadro de principais campos de defesa dos direitos das consumidoras do Instituto: alimentação; consumo sustentável; energia; financeiro; internet, telefonia e televisão; mobilidade; e saúde. O interesse desta pesquisa é analisar as mobilizações do Idec e transformações relacionadas especificamente à alimentação.

³ Nos inspiramos no trabalho de Diniz (2013) ao escolhermos o gênero feminino como o genérico. Ao invés de conjugar no masculino, ou colocar “os(as)”, tomamos a escrita no feminino como o padrão, com exceção aos termos vinculados à Teoria Ator-Rede (atores, mediadores, aliados, antagonistas e porta-vozes), que facultamos por manter no masculino. Por trabalharmos com o tema da alimentação, cuja responsabilidade é histórica e socialmente delegada a mulheres, entendemos que essa decisão pode soar como uma afirmação dessa responsabilidade. Portanto, é necessário explicar que, durante o processo de escrita deste trabalho, passamos a sentir um grande incômodo em utilizar termos como “os consumidores” — no universal masculino — quando sabíamos exatamente qual dos gêneros é o principal responsável pelos cuidados dos lares e pelos alimentos preparados e consumidos neles. Assim, nossa decisão não parte de um discurso de responsabilização, mas de reconhecimento do lugar e trabalho não remunerado que mulheres, como nós, ocupam e exercem diariamente.

⁴ O movimento consumerista surgiu a partir dos anos 1950 nos Estados Unidos como uma consequência do desenvolvimento e expansão do mercado de consumidoras, visando aumentar e proteger seus direitos. No Brasil, ganhou força na década de 1970, quando o fim da ditadura civil-militar do país começou a se dar de forma “lenta, gradual e segura”. Enquanto as ações do Norte Global visavam o estímulo do crescimento de mercados neoliberais, na América Latina entendia-se que havia uma assimetria de poder muito grande entre empresas e consumidores e, portanto, o papel do Estado era central para conter abusos empresariais.

Desde a sua fundação, a pauta alimentar sempre foi um dos principais eixos da sua atuação. Contudo, a sua agenda de ativismo relacionado às questões alimentares tem sido reorganizada ao longo das duas últimas décadas. Inicialmente, a atuação do Idec voltava-se à segurança e qualidade sanitária dos produtos. A partir do início da década de 2010, passou a priorizar temas e discussões vinculados à criação de ambientes alimentares saudáveis, construindo narrativas de combate a alimentos identificados pela literatura médica como associados ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), os quais conhecemos hoje como ultraprocessados. Esta mudança no foco da sua agenda fez com que o Idec tivesse que se alinhar a diferentes atores e incorporar novas mobilizações, discussões e recursos ao longo dos anos. Foram esses novos alinhamentos e envolvimento em controvérsias que o auxiliaram a perceber determinadas práticas alimentares como um problema, enquanto promovia outras como solução – e é para esse movimento que olhamos.

Nossa proposta situa-se no campo dos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESCT), principalmente ao articularmos a Teoria Ator-Rede (TAR) na análise do caso. Ao longo do artigo, argumentamos que esses processos de alinhamento entre indivíduos, organizações e “coisas” são essenciais para estudar e entender as estratégias adotadas pelo Idec para impulsionar sua agenda. A partir de tal abordagem, analisamos como ele constrói mobilizações e mudanças históricas na sua agenda de ativismo alimentar enquanto transformações em redes sociotécnicas. De modo complementar, nos inspiramos na pesquisa de Rosa *et al.* (2020), sobre movimentos sociais sob a ótica da TAR, para argumentar que a duração e visibilidade do Idec enquanto grupo pode ser explicada por sua instabilidade e composição heterogênea, decorrente de seus esforços contínuos para se alinhar com novos atores e seu envolvimento constante em controvérsias.

Dialogamos ainda com as literaturas sobre sistema alimentar e ativismo alimentar no Brasil. Os textos da primeira literatura (Schneider *et al.*, 2016; David; Guivant, 2020; Niederle; Wesz JR., 2018) nos ajudam a entender as mudanças que vêm acontecendo no sistema alimentar contemporâneo e elaborar como elas se conectam com as reivindicações conduzidas por grupos como o Idec. Na segunda literatura, destacamos as contribuições de Portilho (2020) e, embasadas pela sua tese sobre as duas gerações do ativismo alimentar brasileiro, observamos que: (1) a existência destas duas gerações no ativismo da organização; (2) a “virada” geracional acontece no Idec a partir de 2015, quando o Instituto realoca os riscos do processamento de alimentos para o centro da sua agenda sobre alimentação e incorpora outros atores ao cerne das discussões.

O artigo está organizado em duas partes, além desta Introdução e das Considerações finais: na primeira, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, discutimos o nosso marco teórico e algumas questões que consideramos centrais sobre ativismo e sistema alimentar no Brasil; na segunda, analisamos detalhadamente as transformações que ocorreram na agenda do Idec, como as

pautas centrais do grupo foram modificadas e quais novos atores foram sendo agenciados e incorporadas à sua rede.

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A delimitação do nosso recorte temporal considera principalmente dois fatores: (1) tivemos acesso a documentos escritos sobre a organização do Idec somente a partir do ano de 2004; (2) em março de 2020, o Brasil declara calamidade pública devido à pandemia da covid-19, agregando uma complexidade muito particular à agenda do Idec, o que nos faz perceber que seria ambicioso dar conta desta situação atípica, em relação aos demais anos do recorte. Por conta dessas considerações, estabelecemos os anos de 2004 a 2019 para análise.

As fontes deste trabalho foram analisadas entre agosto e novembro de 2022 e são divididas em dois grupos: documentos escritos e produzidos pelo Idec e/ou por parceiras da organização e entrevistas semiestruturadas com quatro funcionárias que atuaram no Programa de Alimentação (ou no que existia antes da sua criação, em 2015) durante os anos selecionados para o estudo. No primeiro grupo, são encontrados: relatórios anuais do Instituto; cadernos, guias e cartilhas sobre alimentação do Idec; matérias de jornal; páginas de *sites* do Idec e grupos alinhados a ele; e artigos/trabalhos científicos cujos argumentos são mobilizados para embasar suas problematizações. No segundo grupo, quatro pessoas foram entrevistadas, duas delas concederam autorização para terem trechos das suas respostas citados diretamente. Todas as entrevistas foram remotas. Somente o áudio delas foi gravado e, posteriormente, transcrito, com a autorização das interlocutoras. Além de assegurar o direito ao anonimato (todos os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios*), informamos sobre a possibilidade de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

O tratamento dos dados foi realizado por meio do *software NVivo* para leitura e fichamento do primeiro grupo de fontes e para a codificação do material em “nós”. Os nós estabelecidos foram: (1) definição de alimentação adequada e saudável; (2) problematização do consumo e da produção de alimentos; (3) organizações de ativismo alimentar acionadas; (4) demais atores acionados; e (5) soluções apresentadas para combater o que identifica como problema. Os “nós” definidos para análise do segundo grupo foram: (1) organização do Programa de Alimentação; (2) principais estratégias para pressionar os órgãos públicos; (3) entidades parceiras; (4) pautas alimentares do Instituto; (5) problemas com a alimentação brasileira; e (6) responsabilidade da indústria em relação à produção dos ultraprocessados.

Uma vez que os processos de leitura e codificação desses materiais foram finalizados, realizamos uma análise mais detalhada dos trechos codificados e, assim, comparamos e percebemos as tendências e diferenças nas práticas da organização ao longo dos anos do recorte temporal.

SOCIOLOGIA DAS FORMIGAS: A TAR NA ANÁLISE DA AÇÃO COLETIVA

A literatura dos ESCT defende, entre muitas outras coisas, que precisamos eliminar as barreiras que separam sociedade e natureza. A TAR, pertencente a tal campo, aborda essa relação sociedade-natureza ao voltar suas análises para entender os “atores não-humanos” (*e.g.* animais, coisas, entidades) como parte do que chamam de redes de associações (Almeida *et al.*, 2022). Ela também nos confere algumas dicas sobre como estudar a formação de grupos, o que inclui prestar atenção aos seus “porta-vozes”, que falam em nome dos grupos e definem quem eles são; aos “antagonistas” que são atribuídos aos (e pelos) grupos; às fronteiras criadas para distinguir os grupos dos antagonistas; e em como a definição desses grupos também é feita a partir de especialistas, como historiadoras e sociólogas, que contribuem para a existência de um grupo quando produzem conhecimento acerca dele (Latour, 2000; 2012). Para compreender o funcionamento do Idec, precisamos considerá-lo como um ator-rede e olhar para todo o conjunto de associações feitas e que ajudam a construí-lo.

Partindo da TAR, Rosa *et al.* (2020) defendem que é a instabilidade nas associações e o alinhamento constante a atores heterogêneos que permitem que uma organização e suas reivindicações se mantenham existindo e sendo relevantes no espaço público. Assim, grupos que se deixam estabilizar vão perdendo a relevância, enquanto os grupos instáveis resistem. Rosa *et al.* (2020) recuperam a literatura da geração pós-TAR (*e.g.* Law, Mol, 1995; Haraway, 2016), que traz formas diferentes de pensar a dinâmica das redes, e argumentam que as associações nem sempre se comportam de forma estável, mas que em certas ocasiões é a sua instabilidade que permite que tais redes não se fragmentem e continuem funcionando. As autoras trazem essa crítica à primeira geração de estudos da TAR para pensar a atuação de movimentos sociais: quando as organizações deixam suas redes se estabilizarem e param de se envolver em novas disputas e fazer associações, passam a depender de um número muito limitado de relações e, conseqüentemente, entram em declínio, até se tornarem irrelevantes. Seguir os rastros deixados pelo Idec ao longo dos anos analisados nos faz considerar, embasadas por Rosa *et al.* (2020), a rede do Instituto como instável, heterogênea, dinâmica e, portanto, resistente.

ATIVISMO ALIMENTAR NO BRASIL E AS MUDANÇAS DOS SISTEMAS ALIMENTARES

Definimos “ativismo alimentar” como pessoas e/ou grupos cujas práticas possuem a intencionalidade de provocar transformações no sistema alimentar (Portilho, 2020; Schubert; Portilho, 2023). Portilho (2020) aponta que o ativismo alimentar no Brasil pode ser dividido em duas gerações distintas: a primeira, que teve suas ações principalmente focadas na esfera institucional do Estado, com ênfase em críticas éticas e na desigualdade de distribuição dos alimentos, contando com

ativistas da área da saúde como seus principais porta-vozes; e a segunda e atual, a qual agrega as reivindicações da primeira, acrescentando discussões sobre riscos alimentares ligados à produção industrial e pautas dos movimentos ambientalistas. Além disso, essa nova geração incorpora outros atores sociais ao centro de seus debates. A autora também identificou que as organizações de ativismo alimentar brasileiras, em ambas as gerações, preferiam e ainda preferem direcionar suas estratégias de pressão e cobrança a setores do Estado para cobrar mudanças relacionadas à produção e ao consumo de alimentos. O que nos interessa pensar sobre essas gerações, em especial a segunda, na qual os anos finais do nosso recorte se encaixam, são como as pautas defendidas pelo Idec foram transformadas e como o quadro de atores que protagonizam as discussões sobre alimentação passou a ser diversificado.

No sistema alimentar contemporâneo, a produção de alimentos é dominada por uma indústria especializada com sua formulação pensada para atingir objetivos específicos (Cassol; Schneider, 2015; Azevedo, 2018; David; Guivant, 2020), como a redução do tempo de preparo, ganho de massa magra e perda de peso. Além disso, os supermercados – local com maior venda registrada de alimentos produzidos pela indústria alimentícia – se tornaram a principal fonte de alimentos para a maioria das cidadãs urbanas (Portilho, 2020; Matioli; Peres, 2020). Isso contribuiu com o processo de deslocamento da produção dos alimentos da cozinha à fábrica, uma vez que aumentam a busca por produtos mais fáceis de estocar, transportar e manter em quantidades exuberantes nas prateleiras por tempo o suficiente para compra e consumo. A partir dessas mudanças, novas questões, que valorizam a qualidade, a origem e o baixo nível de processamento dos alimentos, passaram a ser formuladas.

A saída gradual das mulheres brancas e de classe média⁵ da vida exclusivamente privada para a vida pública também é um dos fatores que resultam na transformação das práticas alimentares contemporâneas (Fischler, 2018). Quando mais mulheres passaram a integrar o mercado de trabalho e dividir o tempo dedicado à vida doméstica com a pública, o consumo de alimentos produzidos pela indústria aumentou e o de preparo próprio diminuiu, o que deixa em evidência como o peso do cuidado com a alimentação é concentrado nas mulheres. Todo esse cenário fez com que as formas de produção e consumo e as consumidoras fossem realocadas para o centro das discussões sobre alimentação (Schneider *et al.*, 2016), nos permitindo pensar o “comer” como um objeto de disputas de diversos atores (David; Guivant, 2018; 2020; Niederle; Wesz JR, 2018; Duarte; 2021; 2022), entre eles, organizações da sociedade civil como o Idec, que reúnem recursos simbólicos e materiais para tentar definir a sua realidade, estabelecendo determinadas práticas como um problema – e outras como a solução.

⁵ Enquanto as mulheres brancas de classe média lutavam pelo direito de trabalhar, as mulheres racializadas e brancas pobres sempre estiveram envolvidas no sustento de suas famílias (Davis, 2016) e, de maneira muito limitada, inseridas na vida pública.

DO SANITARISMO ÀS DOENÇAS CRÔNICAS: A VIRADA GERACIONAL DO IDEC

A alimentação sempre ocupou um espaço privilegiado na atuação do Idec. Contudo, a criação de um programa específico para esta temática só aconteceu em 2015. Antes disso, no período entre 1987 e 2014, as ações e campanhas sobre alimentação eram pensadas a partir de uma área chamada “Testes e Pesquisas”⁶, na qual trabalhava todo o corpo técnico do Idec, realizando, como o nome indica, testes e pesquisas relacionadas aos temas de atuação do Instituto – isto é, não era uma área exclusiva para tratar dos assuntos ligados à alimentação. Conforme as nossas entrevistadas, os testes e as pesquisas focavam na segurança e na qualidade sanitária dos produtos, e tinham o intuito principal de serem publicadas na Revista do Idec, a fim de gerar uma repercussão na mídia, grande o suficiente para fazer com que o assunto também fosse debatido nos setores regulatórios. Apesar de não conseguir atingir tanto o público não especialista, a repercussão causada por essas medidas ajudava as estratégias jurídicas de pressão do Instituto. Ou seja, apesar do seu caráter mais pontual de atuação, desde 2004 (e até mesmo antes disso) as ações do Idec já demonstravam ter como fim medidas longitudinais, que visavam respostas regulatórias das agências estatais responsáveis. Isto é, além dos atores humanos que faziam e instrumentalizavam esses testes, o resultado esperado só era possível através da sua associação às coisas – aos instrumentos do laboratório, ao conhecimento técnico e científico, às revistas em que eram publicadas, aos demais materiais de divulgação. Vale ressaltar que medidas como essa são características de organizações mais estabelecidas, diferente, por exemplo, de grupos periféricos que voltam suas ações diretamente aos indivíduos e não ao Estado, visando atender demandas imediatas e intervindo justamente onde há “ausência” de ação estatal (Carvalho *et al.*, 2022; Duarte; David, 2024). Táticas visando resultados a longo prazo parecem sempre ter sido a sua principal estratégia de atuação ao longo da sua existência, conforme demonstram os documentos escritos e as entrevistas analisadas por nós. Isso também é explicitado na fala de Júlia*, nutricionista que trabalhou no Idec, quando respondeu sobre as principais estratégias para pressionar órgãos públicos:

O Idec tinha uma atuação na área de alimentação, na minha opinião, mais reativa e mais fragmentada. Tinha, por exemplo, uma atuação de acompanhar as agências reguladoras, de fazer pesquisas pontuais para denunciar problemas regulatórios de rotulagem, ou de publicidade, ou de qualidade dos alimentos, de fazer testes de contaminações. Mas eram ações que acabavam não conseguindo tanta repercussão de comunicação. Tinha estratégias jurídicas fortes. (Júlia*, entrevista 1, 13/09/22).

Assim, na década de 2000, as discussões sobre alimentação no Idec eram feitas a partir da perspectiva de sanitaristas e advogadas, que construíam suas ações jurídicas partindo de uma visão

⁶ A realização de testes e pesquisas era a principal forma de atuação do movimento consumerista globalmente, a fim de auxiliar as consumidoras a fazerem escolhas melhores. Embora fosse crítico dessa abordagem – por entender que tais escolhas fazem parte de um conjunto maior de fatores, não de práticas isoladas –, o Idec a adotava e tentava ir além dela, a instrumentalizando em espaços públicos e regulatórios, por exemplo.

sanitarista sobre alimentação. Contudo, desde o início da década de 2010 podemos identificar o começo de uma “virada” geracional (Portilho, 2020) que acontece na agenda do Instituto, a qual passou a focar nas discussões sobre a promoção de uma alimentação adequada, saudável e sustentável, com incentivo ao consumo de alimentos orgânicos e na garantia de informações fáceis de serem interpretadas pelas consumidoras. Identificamos que essa “virada” se consolida um pouco mais tarde, entre 2015 e 2017, quando o Instituto passa a incorporar, de forma mais coesa, atores e estratégias para a construção dos ultraprocessados enquanto os antagonistas do tipo de alimentação que defende. Para Soares (2018), a alimentação se tornou um assunto ainda mais privilegiado nas articulações internas do Idec a partir do aumento das DCNTs no Brasil, identificado pela literatura médica (*e.g.* Monteiro, 2012; Bortoletto *et al.*, 2013; Louzada *et al.*, 2015) e relacionado à popularização dos alimentos produzidos pela indústria alimentícia. Assim, o Idec começou a realocar progressivamente os riscos da produção dos alimentos com altos níveis de processamento para o centro das suas discussões sobre alimentação, sem necessariamente abandonar suas pautas anteriores. O Instituto, então, passou a se reformular a partir do que e de quem ele identifica como seu principal antagonista – a indústria alimentícia e os produtos ultraprocessados.

Perceber essas transformações na agenda de ativismo alimentar do Idec, além de entender os avanços da indústria alimentícia e as mudanças no sistema alimentar contemporâneo, que mencionamos na seção anterior, implica também pensar o cenário político brasileiro, cujos eventos fazem parte da lista de elementos que permitiram tais mudanças. Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2014), as disputas entre diferentes atores em torno da alimentação no país foram (e ainda são) um dos fatores que possibilitaram uma série de conquistas relacionadas à alimentação nas instituições governamentais. A pobreza e a fome voltaram a crescer no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Tendo a promessa da valorização da classe trabalhadora e extermínio da fome como carros chefes das suas campanhas eleitorais, Luiz Inácio Lula da Silva se elegeu em 2003 e iniciou, no governo federal, uma série de articulações voltadas a melhorar a segurança alimentar e nutricional (SAN), que se concentraram na criação de políticas públicas, constituição de estruturas institucionais e garantia de orçamento próprio para o tema. No mesmo período, o Programa Fome Zero (PFZ) foi lançado com objetivo de combater a pobreza e, consequentemente, garantir a SAN. A ação e as estratégias do PFZ foram elaboradas a partir de consultas a representantes do governo federal, dos governos estaduais e municipais e da sociedade civil organizada. Em 2014, durante o governo de Dilma Rousseff, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2014) retirou o Brasil do Mapa Mundial da Fome, ao identificar uma queda de 82% no número de brasileiras em situação de subalimentação entre 2002 e 2013.

A abertura de espaços na esfera governamental para a participação de organizações e ativistas sobre o assunto ajudou a transformar a pauta alimentar no país, tanto no que se refere a como ela deveria ser trabalhada, quanto aos assuntos que deveriam ganhar mais ou menos destaque no debate público. O que queremos dizer com isso é que a virada geracional do ativismo alimentar no Brasil não acontece em um “vácuo” social, mas está alocada em um cenário de diversos avanços na criação de programas, institutos, leis e políticas públicas voltadas ao combate à fome. E que foi esse momento histórico e político que permitiu que grupos de ativismo alimentar, como o Idec, pudessem concentrar seus esforços em outros debates além da distribuição e da segurança sanitária dos alimentos. O destaque dado à alimentação nas ações do Estado, com a criação de programas e políticas públicas voltados ao tema, também torna esse momento um período fértil para discutir práticas alimentares e o papel do governo na regulamentação da publicidade e rotulagem dos alimentos, bem como na promoção de uma dieta à base de alimentos adequados e saudáveis para a população brasileira (Duarte, 2023). E o Idec, sem dúvida alguma, plantou suas sementes nesse solo. Com o surgimento de relatórios, pesquisas, conselhos e ações que demonstraram uma diminuição considerável da fome no cenário brasileiro, o Instituto pode remanejar sua rede e fazer associações com novos atores e/ou mudar a dinâmica com os que já faziam parte dela.

Entretanto, os inquéritos realizados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan) sobre a insegurança alimentar durante a pandemia da covid-19 no Brasil demonstraram que a fome voltou a se tornar um dos principais problemas no país: em 2022, 125,1 milhões de pessoas viviam com algum nível de Insegurança Alimentar, 33 milhões delas passando fome (Rede Penssan, 2022). O relatório da FAO (2022) demonstrou que o Brasil retornou para o Mapa Mundial da Fome, menos de 10 anos depois da sua saída. Podemos perceber com isso que as políticas públicas brasileiras voltadas para alimentação e a possibilidade da participação política são marcadas por processos de rupturas e descontinuidades, porque sofrem com constantes avanços e retrocessos, que variam muito conforme o governo que está no poder, sua agenda e diretrizes de comando. O efeito da atuação do Idec e outras organizações da sociedade civil também depende do interesse que os grupos que estão no poder têm em relação à alimentação, como nos contou Célia*, agente de vigilância sanitária que trabalhou como voluntária na área de Testes e Pesquisas do Idec.

Dessa forma, essas políticas não conseguem combater de forma eficiente e duradoura o problema da fome e da miséria. As pesquisas da Rede Penssan e da FAO são exemplos de como o combate efetivo da insegurança alimentar ainda é um desafio para o Brasil. A instabilidade do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) também é um ótimo exemplo disso. O Conselho funciona como um espaço para discussão e luta, principalmente para as representantes da sociedade civil, entre elas o Idec, por uma alimentação adequada e saudável, no

combate à fome, pela disponibilidade e obrigatoriedade de informações simples e objetivas para as consumidoras nos rótulos dos produtos e da promoção da agricultura alimentar (Maluf, 2023). Apesar do seu sucesso no combate à fome na década passada, o Consea é substituído, extinto e reorganizado conforme a agenda política dos grupos que ocupam o poder.

O ponto que queremos trazer ao discutir isso é que historicizar o Idec e suas pautas alimentares é essencial para situar a atuação da organização como parte de processos mais amplos (e.g. a emergência e a extinção de políticas e órgãos públicos, a ocupação do Estado por atores com diferentes interesses) e nos ajuda a mapear como surgiram os debates que estão no âmago da sua agenda. Assim, evitamos tratar o Instituto como uma entidade apartada de processos sociais que o atravessam, uma vez que, ao atuar em uma sociedade, ele tem o potencial de construí-la (junto a outros fatores) na mesma medida em que pode ser construído por ela (Duarte, 2023). Levar essas questões em consideração também nos ajuda a ter em mente que o funcionamento do Idec é atravessado por esses processos de rupturas e (des)continuidades e, portanto, a organização da sua agenda não se dá necessariamente em uma linha reta e contínua, podendo haver constantes avanços e recuos.

NOVOS ATORES ENTRAM EM CENA (E NAS PRATELEIRAS): A ASCENSÃO DOS ULTRAPROCESSADOS NA AGENDA DO IDEC

O Programa de Alimentação Saudável e Sustentável do Idec foi criado em 2015, e demarca uma virada na sua agenda de ativismo alimentar. Contudo, para discutir mais adequadamente esta transformação, precisamos voltar um pouco no tempo. De acordo com Catarina*, uma advogada que trabalhou no setor jurídico do Idec durante anos, foi por meio de um projeto com apoio financeiro do *International Development Research Centre (IDRC)*, em 2013, que o Instituto conseguiu contratar a sua primeira nutricionista. Até aquele momento, como supracitado, os casos relacionados à alimentação eram tratados principalmente sob as lentes de agentes de vigilância sanitária, que eram responsáveis pelos testes e pesquisas em alimentos, e pelas advogadas do setor jurídico, que representavam ações de litígio e possíveis reivindicações de mudanças legislativas e aprimoramentos de políticas públicas com base nos resultados obtidos por meio das pesquisas sanitárias. Quem nos contou isso com maiores detalhes foi a interlocutora Célia*.

Na mesma época, além de atuar no Idec, a nutricionista contratada era pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens/USP), grupo responsável pelo desenvolvimento da classificação NOVA, que introduz a categoria “ultraprocessados” ao debate público. Uma das estratégias adotadas pelos grupos de ativismo brasileiro para promover sua agenda de alimentação adequada e saudável e transformar determinados alimentos em seus antagonistas é a mobilização da literatura médica. Esses grupos utilizam evidências científicas e pesquisas da área

médica e nutricional para embasar suas argumentações e sensibilizar o público sobre os efeitos negativos de certos alimentos na saúde, incentivando a adoção de práticas alimentares mais saudáveis. A classificação NOVA é um exemplo de como o Idec se apropria de achados científicos para destacar certas práticas alimentares, como o consumo de alimentos ultraprocessados, como problemáticas. No relatório de 2015, além de apresentar o Programa de Alimentação Saudável e Sustentável, o Idec utiliza pela primeira vez o termo “ultraprocessado” em um documento oficial para se referir aos alimentos com alto nível de processamento, substituindo termos como “alimentos industrializados” ou “alimentos com alto teor de açúcar, sódio e/ou gordura saturada”, que eram usados desde 2006. Essa mudança na terminologia também refletiu uma abordagem mais específica e abrangente na identificação dos alimentos que podem afetar negativamente a saúde e o bem-estar da população.

A adoção da NOVA pelo Idec está inserida em um momento de alinhamento com outros atores, que também estavam preocupados em conter o avanço dos ultraprocessados na dieta, não apenas brasileira, mas da América Latina como um todo. No âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em 2014, é montado um Grupo de Trabalho para discutir o novo rótulo nutricional frontal que deveria estar presente em alimentos com alto teor de nutrientes considerados prejudiciais à saúde – e que já havia sido discutido em diversos países vizinhos, como Equador, Chile e Uruguai. Ao final do mesmo ano, a segunda edição do *Guia Alimentar para a População Brasileira* é lançada. Esta edição do Guia abandona o modelo da “pirâmide alimentar”, que categoriza os alimentos em grupos com base em suas funções e nutrientes, e passa a considerar a saudabilidade dos alimentos conforme o grau de processamento, entre outros critérios (Brasil, 2014). Tal Guia é brutalmente criticado pelas indústrias produtoras desses alimentos e bebidas⁷. O ano de 2014 também é, como mencionamos anteriormente, quando o relatório da FAO (2014) declara a saída oficial do Brasil do Mapa Mundial da Fome. Ou seja, esse foi um momento importante para se associar ao maior número possível de atores (*e.g.* nutricionistas, NOVA, Guia Alimentar, Nupens) que tivessem entre seus objetivos a promoção de uma alimentação adequada e saudável, a fim de fortalecer a construção da sua narrativa.

Para o Idec, em linha com a literatura médica em saúde pública, o aumento do consumo de ultraprocessados representa um risco grave à saúde da população brasileira. Essas reivindicações também são parte de discussões que os grupos de ativismo alimentar no Brasil fazem há alguns anos sobre o que significa ter uma alimentação realmente digna: não basta comer qualquer coisa, uma alimentação adequada e saudável precisa ter como base alimentos inteiros (*in natura* ou minimamente processados) e de qualidade. Entretanto, o significado de alimento “inteiro”, “saudável” e de

⁷ Para exemplos de críticas que o Guia recebe, ver a matéria “Um resumo dos ataques e da importância do Guia Alimentar para a População Brasileira” do jornal O Joio e O Trigo. Disponível em: ojoieotrigo.com.br/2022/10/um-resumo-dos-ataques-e-da-importancia-do-guia-alimentar-para-a-populacao-brasileira. Acesso em: 12 de setembro de 2024.

“qualidade”, não são objetivos ou verdades absolutas, mas objeto de disputas entre diferentes atores que se antagonizam (David, 2016; David; Guivant, 2020).

Ao se atentar para as estratégias dos atores a sua volta, o Idec modificou seu vocabulário para se juntar a eles e traduziu esse alinhamento em uma série de mobilizações que ajudaram (e ainda ajudam) na produção de significado para os seus aliados, observadores e antagonistas, provocando reações, seja de concordância ou enfrentamento. Embora tornar certas práticas alimentares um problema seja uma forma do Idec e dos seus aliados contextualizarem a realidade social, precisamos encaixar isso em processos mais amplos nos quais o Instituto se insere e que também permitem suas problematizações emergirem e serem levadas adiante.

Ao analisar os relatórios anuais do Idec, percebemos que a partir de 2006 o Instituto começou a prestar mais atenção às ações regulatórias do mercado de alimentos, principalmente os voltados para o público infantil. Isso ocorreu quando a Anvisa iniciou um debate sobre a regulação da publicidade de alimentos, impulsionada por discussões de organismos internacionais de saúde e defesa da infância, como a *Consumers International*, *Global Health Advocacy Incubator* (GHAI) e a *International Baby Food Action Network* (IBFAN), que também abordavam a relação entre o consumo de alimentos não saudáveis e as DCNTs. De acordo com Catarina*, as organizações de defesa das consumidoras e de representantes da área da saúde não ficaram satisfeitas quando a Anvisa publicou a sua decisão sobre regulação da publicidade de alimentos para esse público. Neste momento, o Idec passou a se articular com outros grupos da sociedade civil, como o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e o Instituto Alana, para ter uma abordagem mais crítica e efetiva em relação à publicidade de alimentos. No mesmo ano, os alimentos com alto teor de açúcar, sódio e gordura saturada, assim como a rotulagem e a publicidade de alimentos, passaram a ser citados de forma mais direta e frequente nos relatórios anuais do Idec, e essa abordagem foi mantida e ampliada nos anos seguintes.

Nos relatórios produzidos entre 2004 e 2009, os assuntos que ganhavam maior espaço na área de alimentação eram os transgênicos e os agrotóxicos, assim como a defesa de rótulos relacionados a isso. Os alimentos com “alto nível em nutrientes nocivos à saúde” são muito timidamente mencionados desde o primeiro relatório analisado. Conforme os anos passam, as questões relacionadas a esses nutrientes e sua relação com o desenvolvimento de DCNTs vão crescendo na agenda e, simultaneamente, os alimentos transgênicos e os agrotóxicos passam a ocupar um espaço menor nesses documentos – apesar de continuarem sendo pautas do Instituto⁸. Essa ascensão da centralidade dada às DCNTs acontece gradativamente até 2015, quando identificamos que elas se

⁸ De acordo com uma das nossas interlocutoras, o Idec criou o Programa de Consumo Sustentável em 2022, com o qual o Programa de Alimentação Saudável e Sustentável divide alguns tópicos relacionados à alimentação, como o dos transgênicos e agrotóxicos.

tornam efetivamente o foco principal de atuação da organização. Como já mencionamos, essas mudanças no Programa de Alimentação Saudável e Sustentável (incluindo seu surgimento), não significam que as pautas e estratégias mais antigas do Instituto tenham sido abandonadas, mas somadas às novas disputas.

Alocar as transformações do Idec no momento de virada geracional do ativismo alimentar brasileiro (Portilho, 2020), nos ajuda a compreender que essas mudanças são possíveis devido às associações feitas por ele com atores heterogêneos (o que inclui a Ciência, relatórios, guias e muitos outros além dos humanos). Esses atores incorporaram novas perspectivas sobre a alimentação e sobre como as questões relacionadas a ela podem ser trabalhadas e problematizadas, considerando também as transformações no sistema alimentar moderno nas últimas décadas e suas consequências para a realidade das consumidoras. O Idec não está meramente inserido em um “contexto social”, mas também produz contextualizações a partir da sua visão de mundo que partilha com seus aliados e disputa essa visão com atores que o antagonizam (*e.g.* representantes de grandes corporações da indústria alimentar e de bebidas e do agronegócio), e que também tentam definir o que é – ou não – um alimento “saudável”, “adequado”, “sustentável” e “inteiro”.

Quando conversamos com a nutricionista Helena*, que trabalha no Programa de Alimentação Saudável e Sustentável, sobre a metodologia de trabalho do Idec para pressionar os órgãos públicos a atenderem suas demandas, ela destacou que o Instituto possui quatro pilares para isso, além do destaque dado às demais entidades das quais é parceiro. O trecho da entrevista a seguir também retoma o papel das organizações (inter)nacionais que trabalham em conjunto na promoção das suas agendas, e demonstra como os membros do Programa de Alimentação têm consciência de que o Idec integra uma rede dinâmica, cujas associações variam conforme a necessidade de atores e temas a serem mobilizados. Em outras palavras, sua fala evidencia que as ativistas do Idec reconhecem que, para ser uma organização duradoura, sua rede de associações precisa ser dinâmica e heterogênea:

Tudo o que a gente faz tem embasamento científico, tem embasamento em evidências. Isso é um ponto principal, que embasa todas as ações. Então, o primeiro pilar, eu diria que é a parte de pesquisa. [...] O segundo, terceiro e o quarto pilares... não vou falar que é uma ordem, mas o primeiro com certeza é a pesquisa, porque embasa tudo. Mas os outros três, eu diria que estão ali no mesmo nível, seguido da pesquisa, porque as ações deles estão embasadas pela evidência, que são a parte de comunicação, a parte de *advocacy* e parte jurídica. [...] E, claro, tudo isso muito trabalhado em parceria. [...] O nosso trabalho é muito em rede. Eu dei o exemplo das pesquisas com universidades, mas a gente faz parte da Aliança, a gente faz parte da Colansa [...]. A gente tem muito contato com os países da América Latina, por exemplo, não só da pesquisa, mas também pessoal que faz *advocacy*, também o pessoal que faz a parte jurídica, então tem essa troca muito grande. Tanto regionalmente... especificamente regionalmente [na América Latina]. Porque as políticas são muito parecidas. Os posicionamentos são bastante parecidos em relação à regulação, especialmente de ultraprocessados [...]. Mas também nacionalmente [...] a gente trabalha muito em rede, dependendo do tema. (Helena*, entrevista 4, 03/11/22).⁹

⁹ As organizações “Aliança” e “Colansa” citadas são referentes à Aliança Pela Alimentação Adequada e Saudável e Comunidade de Prática América Latina e Caribe Nutrição e Saúde, respectivamente.

Outro ponto que vale ressaltar da fala da entrevistada é a importância atribuída às práticas científicas. Todas as interlocutoras com as quais conversamos, em diversos momentos da entrevista, recorreram à Ciência para justificar as ações do Idec e a estruturação dos seus argumentos e estratégias. Analisando os documentos escritos, percebemos o mesmo padrão: o conhecimento técnico e científico é invocado com frequência para fortalecer a narrativa endossada pelo Instituto. Quanto maior é o número de publicações e estudos alinhados ao discurso da organização, maior é o destaque dado a eles nas suas ações. Por outro lado, as controvérsias alimentares ou alegações que ainda não estão muito bem consolidadas como fatos não são mencionadas – ou pelo menos não recebem tanto destaque quanto as primeiras, sobretudo na comunicação com as consumidoras. Um bom exemplo disso é a diferença entre a atenção que os nutrientes (açúcar, sódio e gordura saturada) vinculados pela literatura médica ao desenvolvimento de DCNTs e, conseqüentemente, aos ultraprocessados, recebem nas publicações do Instituto e a postura do Idec em relação à incorporação de adoçantes na nossa dieta. As pesquisas em relação aos efeitos de adoçantes no corpo humano ainda não formam um fato plenamente consolidado na literatura médica, de maneira que não se pode afirmar – sob o risco de críticas – que o produto traz malefícios e/ou benefícios para o organismo humano. Já a relação entre DCNTs e alimentos ultraprocessados está clara em diversas pesquisas com resultados consolidados. Por isso, o Idec se posiciona muito timidamente contra o uso de adoçantes para substituição do açúcar. Reconhecer determinadas limitações, que são características da produção de conhecimento científico, implicaria também em um enfraquecimento da sua atuação. Por isso, uma das estratégias adotadas pelos grupos de ativismo alimentar para se comunicar com o público leigo é acionar a Ciência como uma “caixa-preta”¹⁰ fechada (Latour, 2010), apresentando teorias e fatos científicos como fontes de certeza, verdadeiras e inquestionáveis.

Analisando os documentos escritos e as entrevistas, percebemos também a importância que o setor jurídico desempenhou e ainda desempenha nas pautas alimentares do Idec. Alinhado ao setor técnico, ele tem uma incidência muito forte nas ações visando à construção de políticas públicas voltadas à alimentação do Instituto. Em uma entrevista concedida à Portilho (2018), uma representante do Idec já havia afirmado que considera importante as ações individuais das consumidoras, mas que escolhe concentrar suas energias em ações coletivas para assegurar o amparo institucional na criação de ambientes que facilitem a adoção de uma alimentação adequada e saudável. Ou seja, o Instituto entende que as nossas escolhas alimentares estão situadas em um processo mais amplo e, por isso, cobram, juridicamente, responsabilidade de setores do Estado (e.g. Anvisa,

¹⁰ Para a TAR, “caixa-preta” representa a forma que a ciência é tratada. Em uma caixa-preta fechada, vemos o que “entra” e “sai” dela, mas não compreendemos completamente seu funcionamento interno (Latour, 2010). Ou seja, somos expostos aos resultados, ao fato consolidado, mas não ao caminho conturbado da construção do conhecimento científico até o fim das disputas em relação a esse fato.

Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Consea) na criação, promoção e regulação de espaços que facilitem e incentivem a escolha de alimentos mais saudáveis. Articula mobilizações pensadas para terem efeito a longo prazo, e prefere focar suas demandas no Estado, acreditando que, dessa forma, tem o potencial de transformar as instituições federais, por meio da criação de novas leis regulatórias, políticas públicas e órgãos que atendam às suas demandas. A partir disso, podemos perceber que, além do conhecimento científico, o conhecimento jurídico sobre as leis e regulações vigentes no setor de alimentos no Brasil faz parte dos atores que o Idec alista para fortalecer sua agenda de ativismo. E uma das maiores mudanças nessa metodologia de trabalho, que junta setores jurídico e técnico, ao longo dos anos e impacta diretamente a ligação do Idec com o Estado, é o fortalecimento e aperfeiçoamento das táticas de *advocacy*.

Uma das características da segunda geração de ativismo alimentar que Portilho (2020) identificou foi perder o foco exclusivo no Estado e ter maior abertura para dialogar abertamente com outros setores, como o mercado. Em ambas as gerações, mas sobretudo a partir dos anos 2000, com as discussões sobre agrotóxicos e transgênicos, o Idec dialoga com o mercado – ao pressioná-lo por rótulos e melhores formulações, por exemplo –, mas sempre através de instituições governamentais, como a Anvisa. Em conversa com Helena*, ela contou que isso acontece por um longo histórico de ameaças e de tentativas de suborno nas vezes em que representantes do Idec tentaram dialogar com o setor corporativo sem um intermediário do Estado presente. Dessa forma, as esferas públicas do Estado são o principal alvo de atuação do Instituto, em ambas as gerações, e seu diálogo com outros setores, especialmente os que eles identificam como seus antagonistas, se dá apenas a partir dele. Ao analisar as entrevistas, também fica claro que essa é uma decisão tomada a partir do entendimento do Instituto de que, se não for via pressão legal, a indústria alimentícia não muda seu comportamento, principalmente se isso significar uma queda nos seus lucros.

Nos anos iniciais do nosso recorte, as estratégias de comunicação, jurídicas e de incidência política do Idec para pressionar os órgãos e as representantes do Estado tendiam a ser pontuais e dependiam muito dos recursos financeiros disponíveis para que especialistas da organização pudesse participar da consulta e dos fóruns de escuta da sociedade civil. A “virada” na agenda do Instituto que mencionamos, acontece também com a aplicação das técnicas de *advocacy*, principalmente a partir de 2017, quando o Idec se alia à GHAI e obtém recursos específicos para formular estratégias mais bem consolidadas a fim de defender suas ações de incidência política. A aplicação dessas técnicas aconteceu alinhada a um conjunto de ações bem definidas e organizadas para informar e influenciar tomadoras de decisão a formulação e implementação de políticas públicas, ou direcionamento de recursos públicos, através da conscientização e do engajamento de múltiplos atores da sociedade. Observamos que as ações de *advocacy* impulsionadas pelo Idec seguiram a tendência que identificamos anteriormente no grupo: pressionar esferas do Estado e suas representantes. Isso

demonstra que os setores jurídicos e técnicos são aliados fundamentais para traduzir a visão de mundo do Instituto e suas críticas às leis, regulações e normas vigentes no campo alimentar no Brasil. Em outras palavras, o setor jurídico é historicamente fundamental para operacionalizar as estratégias de ativismo alimentar do Idec.

O que entendemos desses processos é que a definição dos antagonistas, dos problemas a serem enfrentados e das soluções propostas para desmobilizar os antigrupos e garantir o apoio das consumidoras às suas causas não é estática. Ela está sempre em movimento e em constante negociação com outros atores – tanto os que estão dentro, quanto os que estão fora da sua rede. Essa estruturação de campanhas, de estratégias de *advocacy*, o agrupamento com outras organizações, o uso da Ciência, dos relatórios, elaboração de campanhas, materiais de divulgação, entre outros, torna a rede sociotécnica do Idec uma rede heterogênea e instável. Se envolver e posicionar frente a novas controvérsias, como a dos ultraprocessados, permitiu que o Idec, além de demonstrar quais são suas pautas e propostas de solução dos problemas que tenta combater, demonstrasse também a quem ele se associa e quem (e o que) ele delimita enquanto antagonistas.

QUANDO A REDE É ESTABILIZADA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, analisamos as transformações que aconteceram no ativismo alimentar do Idec entre os anos de 2004 e 2019, prestando atenção nas suas formas de se organizar para tornar determinadas questões alimentares um problema, enquanto se alia a diferentes atores e incorpora novas práticas e recursos. A grande transformação na sua agenda acontece quando torna os produtos ultraprocessados e, com isso, as empresas responsáveis pela sua produção, suas antagonistas. A possibilidade de rastrear e acompanhar alguns dos atores com os quais o Idec se aliou ao longo dos anos tornou viável a compreensão e a análise das mudanças históricas que ocorreram no conjunto de compromissos, condutas e estratégias adotadas pelo Instituto em relação à alimentação. Mas mais do que entender meramente *quais* foram essas mudanças e mapear os atores que participaram delas, buscamos perceber *de que forma* essas transformações se deram.

Em síntese, explicamos as condições que possibilitaram ao Idec reunir novos aliados para abordar questões de forma diferente do que vinha fazendo anteriormente. Essa capacidade de reunir aliados é fruto da interação da materialidade presente no Idec, que atravessa a sociedade e contribui para a produção de significado para seus antigrupos, aliados e as consumidoras, entre outras. Simultaneamente, o Instituto é influenciado por esse ambiente, já que a realidade construída por esses mesmos terceiros afeta o funcionamento de sua rede, levando-o a ajustar suas estratégias e ações e buscando se aliar a novas organizações e atores para impulsionar sua agenda em detrimento da agenda das suas antagonistas.

A articulação da perspectiva da TAR na nossa análise permitiu que explorássemos o universo social da organização, não apenas na perspectiva simbólica, mas também da materialidade. Quando as transformações no ativismo alimentar são pensadas meramente através dos valores simbólicos da organização, atores essenciais são ignorados para entender como o Idec mobiliza e traduz a sua realidade. O caminho percorrido pelo Instituto durante os anos que estudamos faz muito mais sentido quando não deixamos a divisão entre o que é natural e o que é social limitar o que pode ou não ser rastreado. Baseadas nos apontamentos de Rosa *et al.* (2020), argumentamos que, devido aos seus esforços para se alinhar com novos atores e ao seu envolvimento constante em controvérsias, o Idec deve ser considerado um ator-rede instável e heterogêneo e que, justamente por causa dessas características, é um grupo com tanta duração e visibilidade. Além das ativistas e organizações aliadas, a rede do Instituto é construída a partir da sua associação com guias, pesquisas científicas, conhecimento técnico, laboratório, entre outros.

Contudo, é importante salientar que essas mudanças na agenda do Idec não ocorrem isoladamente, mas em conjunto com transformações mais amplas, como aquelas que acontecem no sistema alimentar contemporâneo, no cenário político brasileiro e nas discussões alimentares conduzidas por outros atores (inter)nacionais. Essas mudanças influenciam a rede à qual a organização pertence e utiliza para construir sua realidade. Nessa linha, o Idec produz significados para a realidade dos atores à sua volta, ao mesmo tempo em que esses atores produzem significados para a realidade do Idec.

A literatura sobre ativismo alimentar no Brasil, em especial a tese de Portilho (2020) sobre as duas gerações, é importante para situar a mudança que ocorre na agenda do Idec. Com o foco anterior nas questões sanitárias e a problematização do uso de agrotóxicos e transgênicos, a partir de 2015 o Idec realoca as discussões sobre os riscos do processamento de alimentos para o âmbito dos temas que levam ao debate público e (re)organiza suas alianças e estratégias (como o uso das práticas de *advocacy*) para criar sua narrativa. Assim, entendemos que o ativismo alimentar do Idec está dividido em duas gerações, cujos focos são distintos, embora complementares: a primeira, que vai do período 1987 a 2014, privilegia questões sanitárias e de realização de testes; a segunda, que se inicia a partir de 2015, foca na problematização do consumo de ultraprocessados e seus efeitos na saúde pública. Também demonstramos que, historicamente, o ativismo alimentar do Idec passa por um importante processo de profissionalização, com o aumento de recursos (*e.g.* financeiros, humanos, materiais e competências nas áreas da saúde e jurídica) e em suas estratégias de atuação (*e.g.* *advocacy*, uso da Ciência como uma caixa-preta). Uma última contribuição com base nos argumentos de Portilho (2020) sobre o ativismo alimentar no Brasil é a ênfase que o Idec dá ao papel da indústria e do Estado. O Instituto se concentra em cobrar o papel do Estado como regulador e fiscalizador da indústria alimentícia, direcionando suas ações de pressão aos órgãos públicos ao invés das empresas.

Dito isso, nosso trabalho ainda apresenta algumas limitações. Primeiro, não tivemos tempo hábil para atender ao conselho de Latour (2000) e seguir uma grande gama de atores “sociedade afora”. Nossas entrevistas se restringiram a funcionárias do Idec que estão ou estiveram envolvidas com o Programa de Alimentação Saudável e Sustentável, ou com o que existia dele antes da sua criação. Com mais tempo e recursos, poderíamos conversar com atores de organizações que atuam em conjunto com o Idec e com funcionárias atuais do Instituto que trabalham em outros Programas que dialogam com o da Alimentação. Outra entrada em campo possível seria dar maior atenção às disputas que acontecem entre o Idec e as representantes da indústria, entender com maior profundidade como as práticas de *advocacy* surgem para frear e combater o *lobby* das empresas e entrevistar os atores antagonizados pelo Instituto. Além dessas lacunas que identificamos e que podem ser preenchidas por trabalhos futuros, acreditamos que o período da pandemia da covid-19, em especial os anos que antecederam o acesso da população à vacina de forma ampla e universal, é um momento muito fértil para futuras pesquisas sobre a lógica de funcionamento e atuação do ativismo alimentar do Idec e de diversas outras organizações da sociedade civil no Brasil, as quais nossa pesquisa pode ajudar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jalcione; CAMANA, Ângela; FLEURY, Lorena C.; DAVID, Marília L.; PRATES, Camila D.; COELHO, Gabriel B. Em favor das associações: uma homenagem à sociologia de Bruno Latour (1947-2022). *Sociologias*, Porto Alegre, v. 24, p. 142-168, set-dez 2022.
- AZEVEDO, Elaine de. Alimento Saudável para quem?. *Geografares*, Vitória, n. 25, p. 105–112, 2018.
- BLOOR, David. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: Unesp, 2009.
- BORTOLETTO MARTINS, Ana P.; LEVY, Renata B.; CLARO, Rafael M.; MOUBARAC, Jean C.; MONTEIRO, Carlos A. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 656-665, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia Alimentar para a População Brasileira*. 2ª edição. Brasília, 2014.
- CARVALHO, Priscila D. de; TEXEIRA, Marco A.; MOTTA, Renata; PENNA, Camila. Sistemas alimentares em disputa: respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, n. 108, p. 1-18, 2022.
- CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. *Lua Nova*, São Paulo, n. 95, p.143-180, 2015.
- DAVID, Marília L. *Certificação de alimentos e práticas científicas: o caso da Sociedade Brasileira de Cardiologia*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

- DAVID, Marília L.; GUIVANT, Julia. S. Uma abordagem sociológica das certificações: o caso do Selo de Aprovação SBC. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (online)*, v. 33, p. 11, 2018.
- DAVID, Marília L.; GUIVANT, Julia S. Os Padrões de Identidade e Qualidade dos alimentos: uma análise de suas transformações no Brasil. *Revista Mediações (UEL)*, v. 25, p. 247-264, 2020.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DINIZ, Débora. *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. 2ª edição revisada. Brasília: Letras Livres, 2013.
- DUARTE, Vitória G. (Re)definindo normas alimentares: uma análise da controvérsia sobre a nova rotulagem frontal brasileira. *Revista Todavia*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, ed. 8, p. 176-199, jul. 2021.
- DUARTE, Vitória G. Disputas públicas acerca da qualidade dos alimentos no Brasil: estudo de caso a partir da Teoria Ator-Rede. *Contraponto*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 40-59, 2022.
- DUARTE, Vitória G. *Entre aliados e antagonistas: as transformações no ativismo alimentar na agenda do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) entre 2004 e 2019*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.
- DUARTE, Vitória; DAVID, Marília Luz. A periferia precisa comer: as Cozinhas Solidárias em tempos de emergência climática. *Jornal da Universidade – UFRGS*. Porto Alegre, nº Extra, 04 de junho, 2024.
- FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022: Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*. Roma, Itália. Relatório. 2022. Disponível em: <fao.org/documents/card/en/c/cc0639en>. Acesso em: 28 de ago. 2022.
- FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2014: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Roma, Itália. Relatório. 2014. Disponível em: <shre.ink/fao2014>. Acesso em: 28 de ago. 2022.
- FISCHLER, Claude. A “McDonaldização” dos costumes. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Org.). *História da Alimentação*. 9ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2018.
- HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica – pesquisa, jornalismo e arte I*, v. 3, n. 5, p. 139-146, 2016.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação*. Brasília: Rio de Janeiro. Texto para discussão. 2014.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador-Bauru: Ed. EDUSC/EDUFBA, 2012.
- LAW, John; MOL, Annemarie. Notes on Materiality and Sociality. *The Sociological Review*, v. 43, p. 274–294, 1995.

LOUZADA, Maria, L. da C.; BORTOLETTO MARTINS, Ana P.; CANELLA, Daniela S.; BARALDI, Larissa G.; LEVY, Renata B.; CLARO, Rafael M.; CANNON, Geoffrey; MONTEIRO, Carlos A. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 49, n. 38, p. 1-11, 2015.

MALUF, Renato S. Política dos alimentos e participação social no Brasil: alcances de um campo contra-hegemônico. In: SCHUBERT, Maycon N.; TONIN, Jeferson; SCHNEIDER, Sergio (Org.). *Desafios e tendências da alimentação contemporânea: consumo, mercados e ação pública*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

MATIOLI, Victor; PERES, João. *Donos do mercado: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade*. São Paulo: Elefante, 2020.

MONTEIRO, Carlos A.; CANNON, Geoffrey; LEVY, Renata; MOUBARAC, Jean-Claude.; JAIME, Patricia; BORTOLETTO MARTINS, Ana Paula.; CANELLA, Daniela; LOUZADA, Maria; PARRA, Diana. NOVA. A estrela brilha. [Classificação dos alimentos. Saúde Pública.]. *World Nutrition*, v. 7, n. 1-3, p. 28-40, 2016.

NIEDERLE, Paulo; WESZ Jr., Valdemar J. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. São Paulo, São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede Penssan, 2022.

PORTILHO, Fátima; MICHELETTI, Michele. Politicizing Consumption in Latin America. In: BOSTRÖM, M.; MICHELETTI, M. and OOSTERVEER, P. (Eds.). *The Oxford Handbook of Political Consumerism*. Oxford, Oxford University Press, 2018, p. 539-557.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 411-432, mai. 2020.

ROSA, Marcelo. C.; PENNA, Camila.; CARVALHO, Priscila. D. Movimentos e estados como coletivos instáveis e heterogêneos: uma agenda teórico-metodológica a partir de três estudos de casos. *CIVITAS*, v. 20, n. 3, p. 299-512, set./dez. 2020.

SCHNEIDER, Sergio; SCHUBERT, Maycon; ESCHER, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar – uma apresentação ao debate. *Revista Mundi Meio Ambiente e Agrária*. Curitiba, v.1, n.1, 3, p. 1-20, jan./jun 2016.

SCHUBERT, Maycon N.; PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político alimentar: uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais. In: SCHUBERT, Maycon N.; TONIN, Jeferson; SCHNEIDER, Sergio (Org.). *Desafios e tendências da alimentação contemporânea: consumo, mercados e ação pública*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

SOARES, Simone de C. *A atuação das ONGs de defesa do consumidor na promoção da alimentação saudável: um embate com a indústria de alimentos no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Administração). São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2018.